

**PARECER JURÍDICO - 396/2024**

Assunto: Resposta ao Memorando nº 755/2024 - LIC/SEFAZ

RECEBIDOEM, 29/10/24Nilze
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**I - RELATÓRIO**

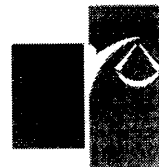
Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 755/2024**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 143/2024**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 081/2024**, tipo **Menor Preço por ITEM**, com objeto de contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para elaboração e execução do PTS - Projeto de Trabalho Social e do PDST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

A devida solicitação veio através da Secretaria de Administração conforme **Memorando nº 254/2024 de 17/10/2024**, assinada pela Secretária Sra. *Emília de Sousa Menta*, cumprindo as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

O Trabalho Social de que trata esse projeto aplica-se a intervenção de **Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais**, em concordância com o disposto no Anexo II, item 1, subitem 1.2, "d" da Portaria n.º 464/2018 nos projetos que envolvam as diversas fases de implantação e ampliação de sistemas que provoquem interferências diretas nas condições de vida da população,. Também no caso de projetos que envolverem famílias em áreas ribeirinhas ou com necessidade de deslocamento involuntário, em que deverão ser observadas as regras de remanejamento/reassentamento de famílias. (destaquei)

Como forma de evitar ou amenizar danos maiores e sazonais, surgiu a hipótese para a construção do extravasor, no Córrego Lava-Pés (Avenida Astolfo Dutra), região central da cidade, como forma de mitigar os impactos socioambientais decorrentes das intervenções de drenagem e saneamento do citado córrego, assegurando assim, os benefícios dessas ações sendo amplamente





distribuídas à população. A região afetada é uma importante via de acesso para deslocamento entre bairros e saída da cidade.

O trabalho a ser feito pelo profissional a ser contratado da área de Assistência Social ou de Sociologia, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, que, irá compreender as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária.

Importante ressaltar que a contratação do profissional para a prestação de serviços técnicos sociais de obras de intervenções de saneamento, se faz necessária diante da deficiência de profissional qualificado no quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Cataguases, para elaboração e execução das ações e etapas do **PST - Projeto de Trabalho Social** e do **POST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial**.

Em conformidade com a Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018 do Ministério das Cidades, Portaria esta que *"dispõe sobre o Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades"*, é de responsabilidade do Município a realização deste Trabalho Social de forma direta ou indireta.

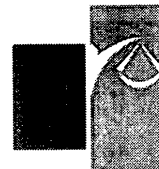
No Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência acostados, optou-se pela realização no regime de execução indireta, sob responsabilidade, da Secretaria da Administração, através da contratação, via Processo Licitatório do Profissional da Área Social, que atuará sob a coordenação de um profissional técnico da Prefeitura de Cataguases para auxiliar no planejamento, acompanhar e monitorar a execução do referido projeto. (grifo nosso)

Percorrendo pelos textos trazidos à baila, ressalto que os trabalhos serão norteados pela legislação vigente, normativas relacionadas a intervenções e saneamento, objetos de operações de repasse/financeiro.

Foi anexado junto ao TR - Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante, um documento denominado **Carta Reversal nº 0080/2024/GIGOV/JF - Gerência Executiva de Governo Juiz de Fora datada de 18/10/2027**, em resposta ao Ofício 029/2024 enviado pelo Município de Cataguases, assim repito o trazido pelo Sr. Raphael Sávio dos Santos, Assistente Júnior, assim:

Assunto: Prorrogação de Cláusulas Suspensivas:

Em atenção ao Ofício nº 029/2024, datado de 09/10/2024, em que é solicitada alteração ao Contrato de Repasse nº 953774/2024 - Operação 1092879-00, de 28/02/2024, assinado segundo os termos



do Programa Saneamento Básico, informamos que o(a) Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, prorrogou o prazo para entrega da documentação pelo Contratado para o dia 25/07/2025, e o prazo para análise pela Caixa Econômica Federal para o dia 25/08/2025, conforme pretendido por esse(a) Prefeitura Municipal.

A elaboração e a execução deste programa - PCMSO - visa contribuir para a promoção da saúde ocupacional dos servidores, com foco para a prevenção de riscos e doenças ocupacionais referentes ao trabalho, como também a ocorrência de acidentes relacionados do labor.

Esta obra implica em mudanças significativas na infraestrutura e dinâmica social da região. As principais questões a serem abordadas incluem: Impactos na população e comércio local, com possíveis alterações na rotina diária dos habitantes e na economia local. Transformações socioeconômicas, demandando soluções inclusivas e adaptativas para a população afetada. Questões culturais e ambientais, considerando práticas locais que devem ser respeitadas e integradas ao projeto.

Importante frisar que o profissional a ser contratado será responsável pela elaboração e implementação do PTS - Projeto de Trabalho Social e POST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, com foco na realização de diagnósticos sociais, planejamento comunitário e promoção de soluções sustentáveis que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios para a população.

Reforço que a contratação de um Assistente Social ou Sociólogo é um componente chave para o sucesso e solução desse objeto a ser licitado, garantindo que os projetos de Trabalho Social e Desenvolvimento Socioterritorial sejam elaborados com a devida sensibilidade e profunda seriedade, elementos necessários para garantir que o projeto não apenas atenda as metas ambientais, de infraestrutura, mas também seja sensível e palpável às necessidades e realidade da população, pois, a comunidade sofrerá alterações durante a execução do serviço a ser realizado pela Administração Municipal.



Destaco quesitos que o profissional deverá observar e cumprir, de acordo com o Termo de Referência proposto, sendo: Realização e diagnósticos precisos, a Facilitação da Participação Comunitária e a Promoção de Soluções Sustentáveis, dando voz à comunidade para que as intervenções a serem realizadas, possam ser integradas na estratégia, minimizando impactos negativos, promovendo um desenvolvimento equilibrado e respeitoso com a população, maximizando os benefícios sociais e econômicos a todos.

O presente expediente consta com o valor estimado de contratação em **R\$84.000,00** (oitenta e quatro mil reais), com o valor bloqueado para 02 (dois) meses de 2024 em R\$14.466,66 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) conforme o Código de Bloqueio sob o nº 548 e, de acordo com os valores praticados no mercado como demonstrados nas cotações de preços apresentadas.

Importante ressaltar que, mediante análise e observância dos documentos apresentados, o recurso do Órgão Gerenciador para despesas decorrentes do objeto desta licitação, correrão à conta da dotação orçamentária demonstrada abaixo:

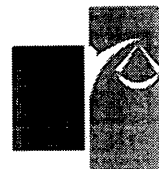
Centro de Custo	Secretarias Demantes	Fiscal
02	Secretaria de Administração	Clarice Oliveira Leite Mendonça

A presente contratação *não* se encontra inserida no **PAC - Plano Anual de Contratações**, uma vez que para o ano vigente o mesmo não foi elaborado. Porém, analisando a necessidade da contratação e verificada a disponibilidade financeira de recursos, justifica-se a possibilidade da contratação.

Os serviços a serem contratados tem natureza de serviços e fornecimentos contínuos, serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim apresentando:

Art.6º. Para fins desta Lei, consideram-se: (...)

XV - serviço e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;



Ademais, o critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontrar-se-á no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta. (grifo nosso)

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso).

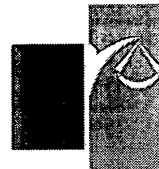
É a síntese do necessário. Passo a opinar.

2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgãos e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei deixar a critério do administrador a escolhas das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo. De fato, os gestores buscariam contratar com base em critérios pessoais, atendendo a interesses privados.

A exigência de um procedimento licitatório busca contornar esses riscos, por ser um procedimento que antecede o próprio contrato, por meio do qual várias pessoas podem concorrer em igualdade de condições e a Administração Pública pode escolher a proposta mais vantajosa, além de atuar na busca do Desenvolvimento Nacional e evitar a contratação do poder público com valores superfaturados e com sobrepreço. Dessa forma, a licitação é um procedimento administrativo prévio às contratações públicas, realizado em uma série concatenada de atos, legalmente distribuídos, culminando com a celebração do contrato.

O artigo 37 XXI da Constituição Federal determina que os contratos administrativos seja precedidos de licitação pública, bem como o art. 175 da Carta Magna, ao tratar das outorgas de concessões e permissões, também faz referência à obrigatoriedade de licitar, imposta ao ente estatal.



2.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o **artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021**.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

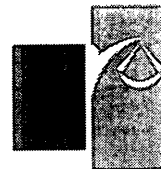
II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do **Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União**:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo



se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. (grifo nosso)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionabilidade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

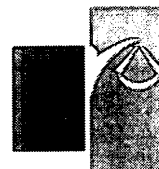
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

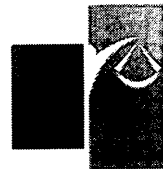
Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Secretaria solicitante para a instauração do processo de contratação, o ETP - Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o TR - Termo de Referência e a minuta do Edital. (grifo nosso)

Ressalto que o **PCA - Plano de Contratação Anual** não foi acostado junto à solicitação para abertura deste Processo Licitatório. Em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine*:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e



condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

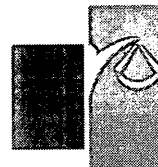
Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: (grifo nosso)

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*
- j) adequação orçamentária.*

Por sua vez, o estudo **técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos:** definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.



2.2 - Da Minuta do Edital

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

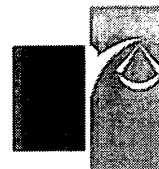
Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, **“independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”**. (grifo nosso)

Integram este **Edital do Processo Licitatório nº 143/2024**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência
- Anexo II - Modelo de proposta de preços;
- Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços
- Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO
- Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS
- Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO
- Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA
- Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.
- Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES
- Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR
- Anexo XII - Cotação de preços/Mapa analítico
- Anexo XIII - Estudo técnico preliminar (ETP)
- Anexo XIV - Decreto 5.811/2023 (IR)
- Anexo XV - Termo de referência e demandas
- Anexo XVI - Relação dos itens no Compras Governamentais
- Anexo XVII - Lei 4.853/2022
- Anexo XVIII - Lei 4.971/2023
- Anexo XIX - Parecer jurídico abertura do processo





2.3 - Da Minuta do Contrato

Se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em Contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação e razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

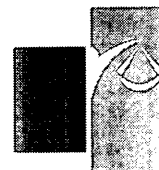
§1º. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto o art. 92 desta Lei.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: **documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.** (grifo nosso)

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da Lei 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o **objeto se enquadra na categoria de serviços e fornecimentos contínuos, aqueles cujos serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas**, atendendo o disposto no inciso XV, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. (grifo nosso)

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço por item”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento, reforçadas no **item 6.18 da minuta do Edital acostado.** (grifo nosso)



2.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

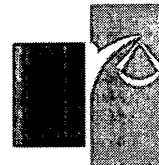
3 - DO PARECER

Considerando a justificativa plausível e necessária por parte da Secretaria de Administração, quanto a abertura para o processo licitatório em questão, visando a escolha para a contratar um profissional apto, assegurando a qualidade e a eficiência na execução dos serviços a serem contratados, promovendo a valorização dos recursos públicos e o atendimento adequado às necessidades da população.

Os documentos acostados, estão em conformidade com o Edital trazido para apreciação e análise prévia, sendo considerado a “lei” interna da licitação, donde define tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Importante frisar que Edital não é LEI, mas sim, um ato administrativo submisso à lei, devendo ser formulado de acordo com as disposições legais, o que consta deste apresentado.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (destaquei)





4 - CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 143/2024, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 755/2024, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

Salvo melhor juízo. É o Parecer.

Cataguases, 24 de outubro de 2024.


Elaine Cristina de Oliveira
Procuradora do Município
OAB-MG 137.994